REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA
VOLUME 19, NÚMERO 58, 2022 PPGE/UNESA. RIO DE JANEIRO.
https://doi.org/10.5935/2238-1279.20210146

Quarentena com crianças: os memes e as representações sociais sobre as crianças na crise da covid-19

Quarantine with children: memes and social representations about children in the covid-19 crisis

Cuarentena con niños: memes y representaciones sociales sobre los niños en la crisis de covid-19

Érica Nayla Harrich Teibel
Universidade Federal do Mato Grosso
ericanayla@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0003-2028-3071

Daniela Barros da Silva Freire Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso
freire.d02@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7861-3814

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as representações sociais sobre as crianças compartilhadas nas redes sociais por meio de *memes*, após o início da quarentena, que ocorreu devido à pandemia de coronavírus no Brasil. O referencial teórico baseou-se na teoria das representações sociais. Foi criado um banco de dados composto por postagens que circularam nas redes sociais no primeiro mês de quarentena, sendo selecionados os *memes* que retratavam a convivência entre adultos e crianças. Os materiais foram submetidos à análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que a crise provocada pela covid-19 motivou conflitos no que se refere à possibilidade do atendimento das necessidades de adultos e crianças. Tal cenário mobilizou sistemas de pensamento acerca das crianças, tensionando significações que as caracterizavam como um ser potencialmente perigoso ou mau em contraponto com o reconhecimento da criança como um ser de necessidades e direitos.

Palavras-chave: Representação social. Crianças. Pandemia. Quarentena da covid-19.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the social representations about children, that are shared in the social networks through memes, after the beginning of the quarantine that occurred in the coronavirus pandemic in Brazil. The theoretical framework is based in the Theory of Social Representations. It was created a database composed by posts that circulated the social networks in the first month of the quarantine; the memes that represented the

coexistence between adult and child were selected. The materials were submitted to the thematic content analysis. The results indicate that the crisis provoked by covid-19 motivated conflicts to what it refers to the possibility of meetings the adults' and the children's needs. Such scenario mobilized systems of thoughts about children, tensioning meanings that characterized them as a being potentially dangerous or evil in contract to recognizing the children as a being of needs and rights.

Keywords: *Social representation. Children. Pandemic. Quarantine of covid-19.*

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar las representaciones sociales sobre niños compartidas, en redes sociales por medio de memes, después del inicio de la cuarentena que ocurrió en la pandemia de coronavirus en Brasil. El marco teórico se basa en Teoría de las Representaciones Sociales. Fue creada una base de datos compuesta por publicaciones que circularon en redes sociales en el primer mes de cuarentena, siendo seleccionados los memes que retrataban la convivencia entre adulto y niño. Los materiales fueron sometidos a análisis de contenido temática. Los resultados indican que la crisis provocada por el covid-19 generó conflictos sobre la posibilidad de satisfacer las necesidades de adultos y niños. Este escenario movilizó sistemas de pensamiento acerca de los niños, tensionando significaciones que las caracterizaban como un ser potencialmente peligroso o malo, en contraste con el reconocimiento del niño como un ser de necesidades y derechos.

Palabras clave: *Representación social. Niños. Pandemia. Cuarentena de covid-19.*

Introdução

Em março de 2020, o Brasil se deparou com a crise da covid-19. A necessidade do isolamento social decorrente dessa nova doença causou rupturas radicais na vida cotidiana de adultos e crianças, afetando inúmeros aspectos de seu dia a dia. As novas práticas impostas por essa ameaça, tais como o isolamento social, a educação e o trabalho realizados de forma remota, trouxeram à tona tensões e conflitos na relação Eu (adulto)–Outro (criança), que impactaram na reconfiguração das diferentes atividades desenvolvidas por esses atores no ambiente doméstico, acarretando disputas e conflitos na negociação do atendimento das necessidades de adultos e crianças na escassez de recursos, como tempo e espaço.

Crises como essa, nas quais os sujeitos precisam superar a estranheza em prol da adaptação a uma nova situação, estão na base das atividades de produção de sentido (JODELET, 2017), momento em que os sujeitos se apoiam em recursos simbólicos disponíveis na cultura para superar problemas e rupturas vivenciados (ZITTOUN et al 2003). Com isso, Apostolidis, Santos e Kalampalikis (2020) destacam que as elaborações realizadas em reação à crise da covid-19 permitem constituir um espelho sobre o sistema

de pensamento social, revelando relações, valores, teorias e princípios que organizam o funcionamento social.

Assim, destaca-se a oportunidade de aprofundar na compreensão da dimensão simbólica subjacente na relação Eu (adulto)–Outro (criança), com potencial para desvelar saberes sociais que se apresentam como fatores de interpretação e de produção da realidade sobre a criança. Com base nisso, o presente trabalho objetiva ampliar o olhar para a dinâmica da representação social sobre as crianças, analisando os *memes* acerca da relação entre crianças e adultos, na quarentena, compartilhados nas redes sociais no primeiro mês de pandemia de coronavírus no Brasil.

Representações sociais e ambiente de pensamento: o estranhamento frente à crise e aos processos de naturalização

A contribuição da teoria das representações sociais, para a análise do pensamento social, é destacada, tendo em vista o seu potencial elucidativo no contexto de crise anunciado pela pandemia da covid-19. As representações sociais podem ser vistas como uma maneira específica de compreender e de comunicar saberes, que têm como objetivo abstrair sentido do mundo, introduzindo nele a ordem e as percepções que o reproduzam de forma significativa. O processo de elaboração de representações sociais é mobilizado pela presença de sentimentos ameaçadores frente ao estranho, de forma que o processo de significação teria como finalidade o resgate de marcos referenciais que propiciem sentido de continuidade e estabilidade (MOSCOVICI, 2003, 2012).

A elaboração das representações sociais ocorre por meio dos movimentos de objetivação e ancoragem. A objetivação é anunciada como um processo que tem a funcionalidade de tornar real um esquema conceitual (MOSCOVICI, 2012). Sobre isso, Villas Bôas (2010) destaca que o resultado da objetivação reflete o sentimento de que o mundo não é uma construção intelectual, mas um reflexo de uma realidade circundante. A autora lembra, ainda, que a naturalização de uma novidade, na qual o abstrato torna-se concreto, apenas se completa quando se inscreve no sistema de pensamento pré-existente, um papel desenvolvido pelo processo de ancoragem.

A ancoragem, por sua vez, trabalha como facilitadora da incorporação do desconhecido em uma rede de categorias usuais. Desse modo, o novo conhecimento pode

ser associado, por meio desse processo, às formas conhecidas pelo grupo, podendo ser reconsiderado por intermédio delas (MOSCOVICI, 2012). O processo de ancoragem se constitui na atribuição de sentido, na instrumentalização do saber e no enraizamento do sistema de pensamento. Assim, a atribuição de sentido depende dos valores e dos conhecimentos preexistentes no grupo e vai direcionar a articulação e o enraizamento desse novo conhecimento a partir da rede prévia de significados (SANTOS, 2005).

É possível compreender esse movimento de articulação entre objetivação e ancoragem como dialético, de modo que a imbricação entre esses processos garante a incorporação do estranho ou do novo, a interpretação da realidade e a orientação de comportamentos. Diante disso, a ancoragem e a objetivação são processos que constituem diálogo com memórias coletivas, pois são alimentados por significados historicamente delimitados.

Dessa maneira, uma vez constituídas e estabelecidas, as representações sociais de uma época tornam-se estruturas para definir o que é aceito, valorizado, rejeitado ou proibido. Elas instituem, de forma histórica, o horizonte de fundo que define o que se torna possível e real para um grupo de pessoas em um determinado momento, oferecendo uma estrutura tanto para o comportamento, as atitudes e os valores dos agentes históricos como para a identidade dos atores individuais e coletivos (JOVCHELOVITCH, 2012).

Zittoun et al (2003) contribuem para o estudo do presente debate quando diferenciam as noções de representações sociais dos recursos simbólicos. Para os autores, uma representação social é um sistema de significado distribuído horizontalmente, enquanto um recurso simbólico é um elemento pontual que uma pessoa utiliza para dar sentido ao que acontece em sua vida ou para gerenciar suas interações com outras pessoas, de modo que o recurso simbólico realizaria uma conexão vertical entre a vida de um sujeito e os significados sociais.

Esses autores enfatizam que as representações sociais exercem restrições no acesso de uma pessoa aos recursos simbólicos de uma cultura, justamente por meio do papel constitutivo que elas têm nas identidades e nas suas ações relacionadas, contribuindo para os processos de legitimação de determinados saberes em relação a outros. Eles alertam, ainda, que as pessoas podem usar esses recursos de forma não reflexiva, como um conhecimento que é expresso por meio de práticas, o que caracteriza, de forma precisa, o caráter objetivo de algumas representações.

Com relação ao processo de naturalização e de legitimação associado ao enraizamento histórico das representações sociais, Sammut, Bauer e Jovchelovitch (2018) afirmam que boa parte da interação social é realizada sem que haja trocas intersubjetivas, ou seja, aquelas que buscam superar a compreensão de realidades diferentes para sujeitos distintos.

Eles destacam que as pessoas tendem a assumir que o mundo percebido por elas é compreendido da mesma forma pelos demais e acabam estruturando suas relações sociais de acordo com essas premissas. Nesse processo, os aspectos simbólicos encontram-se arraigados, sendo atribuídos critérios objetivos a esses fenômenos. De maneira semelhante, Moscovici (2003) destaca que a percepção das representações sociais pode ser tão importante quanto a dos objetos, apresentando-se como ambientes de pensamento e fatores produtores de realidade.

Com o exposto, o estudo sobre representações sociais de crianças convida à análise de categorias sociais e historicamente construídas a seu respeito, que delineia o que se chama de infância e as expectativas sociais sobre as crianças. Conforme Tomás (2007), as diferentes imagens e paradigmas sobre a infância são pressupostos que precisam ser conhecidos e caracterizados porque, frequentemente, são a base para o processo de invisibilidade das crianças e da sua realidade social.

Com relação a isso, torna-se importante lembrar que os recursos simbólicos disponíveis na cultura, segundo Zittoun et al (2003), não são apenas usados para superar problemas e rupturas, mas eles próprios podem se tornar problemáticos, exigindo maior elaboração social.

Desse modo, ao considerar o objeto de representação social criança, em um momento de crise e de estranhamento na relação adulto–criança, vislumbra-se a possibilidade de que ancoragens e objetivações possam emergir na negociação de significações sobre esse novo contexto, carregando consigo algumas representações naturalizadas sobre a criança, que poderiam se fazer presentes na estruturação de práticas cotidianas anteriores, mas sem que, necessariamente, estivessem disponíveis na dimensão discursiva sobre esse objeto, ao menos no plano do que pode ser legitimado nas relações face a face.

Assim, corrobora-se com Jodelet (2007) a ideia de que conhecer as representações sociais de uma coletividade pode promover recursos intelectuais para ampliar a compreensão de sua dinâmica, fornecendo meios no intuito de analisar e de separar,

dentro dos saberes tradicionais, os que são relevantes e os que demonstram um arcaísmo prejudicial à vida comum.

Ambiente on-line: *memes* e o compartilhamento de representações sociais

O ambiente on-line, face às medidas sanitárias de afastamento e de isolamento social, tornou-se um ponto central da realidade no contexto da pandemia por covid-19. Barreto (2015) caracteriza esse ambiente pela interatividade e pela produção cooperativa entre os usuários, tornando-se um meio potencializador da disseminação de conceitos e de informações, principalmente devido à liberdade de acesso e à participação coletiva.

A cibercultura tem sido objeto de reflexões dos pesquisadores em representações sociais. No âmbito desses esforços, Alves-Mazzotti e Campos (2011) concluem que ela pode ser vista como uma nova estrutura cultural compatível com as concepções de cultura que podem ser depreendidas do trabalho original de Moscovici (2012).

Por sua vez, Lahlou (2005) afirma que a tecnologia impacta no processo de compartilhamento das representações sociais e, no caso específico, da internet, criando um nicho ecológico que permite a reprodução e a propagação in vitro das representações, o qual favorece a interatividade em massa com esses saberes.

Considerando esse aspecto de potencialização da socialização de conhecimentos, o fenômeno caracterizado como *meme* torna-se um elemento importante a ser analisado. Esse conceito foi elaborado por Dawkins, em 1976, sendo caracterizado pela ideia de "gene" da cultura, uma unidade de transmissão cultural e de difusão da informação fundamentada na imitação, bem como uma forma básica de aprendizado social, geradora de padrões de comportamento (BARRETO, 2015).

No ambiente virtual, os *memes* "são entendidos como ideias, brincadeiras, jogos, piadas ou comportamentos que se espalham através de sua replicação de forma viral" (FONTANELLA, 2009, *apud* BARRETOS, 2015, p. 8). Desse modo, entende-se que eles podem, assim como outros artefatos e elementos culturais, conter representações sociais sobre as crianças, com potencial para funcionar como recursos simbólicos (ZITTOUN et al, 2003), favorecendo com que esses sujeitos atribuam sentido à nova rotina causada pela situação de crise e de isolamento, com base nessas significações.

Uma ressalva importante sobre esse aspecto é que o principal objetivo da postagem dos *memes* de internet costuma ser a produção de humor, visando à geração de entretenimento (BARRETO, 2015). Nesse caso, torna-se importante a consideração de Araujo (2016) sobre a construção sociocultural do riso:

> O humor, o riso, é um instrumento poderoso, um campo no qual é possível construir discursos, críticas e expressar ideias disfarçadas em tons de brincadeira. O riso é derivado de elementos socioculturais nos quais o objeto da piada, do qual rimos, carrega em si, uma carga histórica de significações que circulam no imaginário social. (ARAÚJO, 2016, p. 47-48)

Com essa característica de compartilhamento em vasta escala, os *memes* veiculados pela internet também podem ser um fenômeno que contribui para o que Jovchelovitch (2011) nomeia como saturação simbólica. A autora lembra que a socialização dos saberes e a diversidade cognitiva são fenômenos que marcam as sociedades contemporâneas. Arruda (2011) destaca, também, que uma esfera pública cada vez mais digitalizada amplia o potencial de encontros, favorecendo o convívio de lógicas diversas no interior de uma mesma representação. Tais observações caracterizam aquilo que Moscovici (2003) denominou de polifasia cognitiva.

A noção de polifasia cognitiva refere-se à coexistência, no mesmo grupo social e no mesmo indivíduo, de tipos diferentes de racionalidades envolvidas na construção de representações sociais. A capacidade das pessoas de pensar e de representar de vários modos torna-se de grande importância para a prática da comunicação porque a diversidade de situações e de experiências que uma pessoa vivencia no seu cotidiano exige plasticidade e adaptação.

Essa coexistência de diferentes sistemas cognitivos, conforme análise de Jovchelovitch (2004), deveria ser anunciada mais como regra do que exceção, no entanto, a autora destaca o dilema da adjetivação de diferentes modos de racionalidade e alerta para o problema de como as formas diferentes de saber se encontram e se relacionam:

> As relações entre saberes são, na maior parte das vezes, assimétricas: assimetria no status e na valoração de formas diferentes de saber impinge diretamente na forma como o saber é comunicado, estabelece sua veracidade e constrói autoridade. (JOVCHELOVITCH, 2004, p.28).

No âmbito das redes de significação que tecem os contextos sociais, inclusive aquelas que se realizam virtualmente, o que se identifica é a insuficiência do reconhecimento da pluralidade de saberes. Segundo a autora, além de reconhecer a coexistência dessa pluralidade, é necessário analisar como se dão as assimetrias com relação ao status e à valoração desses saberes. Além disso, torna-se importante compreender como os atores sociais, com acesso desigual a recursos, se apropriam dos conhecimentos que penetram seus horizontes (JOVCHELOVITCH, 2004).

Essa dinâmica também se aplica aos processos comunicacionais que se estabelecem virtualmente. Como analisam Alves-Mazzotti e Campos (2011), as comunicações em ambiente virtual reúnem uma quantidade cada vez maior de grupos e instituições, revelando um fenômeno emblemático para os pesquisadores em representações sociais, tendo em vista os processos de difusão e de propagação de conteúdos representacionais, cujo potencial orienta práticas com alcance planetário.

Desse modo, compreende-se que os sujeitos buscam uma ou outra forma de um saber disponível sobre um determinado objeto, dependendo das exigências do ambiente social e da configuração psicossocial de um campo, o que nos ajuda a compreender a dinâmica de continuidade entre saber e contexto. (JOVCHELOVITCH, 2008; 2011).

Sobre isso, é importante lembrar que o pensamento do senso comum implica, como todo pensamento, em um sistema de relações operatórias e em um metassistema de relações de controle, de validação e de manutenção de coerência. Esses processos são controlados por meio de regras (lógicas ou não), que irão reorganizar o material produzido pelo primeiro.

Essa dimensão trata-se de um metassistema constituído por relações normativas, que irão controlar, verificar e orientar a dimensão operatória (MOSCOVICI, 2012). O metassistema ou os princípios organizadores da representação, como anunciou Doise (2011), gerenciam discursos e tomadas de posição, bem como são compostos por normas e princípios fortemente imbricados aos contextos sociais. Isso porque a dimensão operatória do pensamento é evocada em situações nas quais pessoas assumem papéis sociais e identidades diferentes na relação com outros indivíduos. Com base nisso, compreende-se que determinadas configurações sociais podem indicar para um sujeito metassistemas que orientam a organização e a seleção de representações na elaboração de discursos ou, até mesmo, na efetivação de práticas.

Assim, analisar as representações sociais sobre as crianças veiculadas em *memes,* que se encontram na interação com adultos no contexto da quarentena, permite vislumbrar os estoques simbólicos historicamente elaborados, que foram mobilizados para caracterizar essa relação na situação de crise e que tiveram adesão por meio do compartilhamento virtual dessa ideia. Possibilita, ainda, considerar as normas e os valores que permeiam esses saberes, caracterizando e refletindo sobre a construção de identidades e papéis no desenvolvimento de práticas voltadas para a infância.

A construção social das representações e as imagens sobre a criança: entre metassistemas de dominação e participação

No que se refere à construção de representações sociais, Marvoka (2017) destaca que a ontologia desse saber pressupõe a interação entre o Eu–Outro como ponto de partida para a construção do conhecimento sobre o fenômeno social. Entretanto, ao estudar a representação sobre a criança, torna-se necessário discutir sobre o estatuto social da criança, uma vez que, historicamente, tem sido negada a ela a condição de ator social.

Tomás (2007) explica esse aspecto com clareza, destacando que a infância é um caso paradigmático de como se constrói uma identidade sobre a condição da norma de não cidadão. A infância acaba por ser caracterizada por traços de negatividade: a idade do não adulto, da não fala, da não razão, do não trabalho e da não infância (SARMENTO, 2000 *apud* TOMÁS, 2007).

Nesse sentido, considerando o estatuto social da criança, é possível caracterizar que as representações sociais sobre ela vêm se constituindo a partir das interações entre Eu–Outro adultos, uma vez que os discursos infantis costumam ser negados, devido a adjetivações do pensamento infantil orientadas pela ideia de inferioridade ou insuficiência, apresentando-a, majoritariamente, como objeto de conhecimento do outro. O paradigma do controle e da negatividade que cerca a condição social da criança a coloca no lugar de objeto, negando-lhe a legitimidade na participação social.

Segundo Tomás (2017, p. 123-124):

> Os diálogos que se estabelecem entre adultos e crianças caracterizam-se, na maioria das vezes, pela sua desigualdade entre subjectividades que interagem em condições (sobre)determinadas de

> negociação de sentido. A base desigual assenta sobretudo na ideia de que o discurso da criança se baseia no senso comum, na falta de experiência, incompletude e desorganização versus o discurso dos adultos, cujas ideias são supostamente as verdadeiras, complexas, (quase) científicas e organizadas.

Com relação às exclusões socialmente produzidas nas instâncias simbólicas, Jodelet (2017) destaca que essas podem se apoiar em um dado biológico, mas seus conteúdos resultam das traduções desse dado, que são operadas pelos sujeitos em sociedade. Tal fato faz a situação de exclusão ganhar o status de diferença e de alteridade, que podem ser consideradas como fonte de mal.

Ao refletir sobre essa tendência do pensamento social, Moscovici (2009) alerta que, além dos estereótipos e preconceitos, é possível descobrir correntes de pensamento e fórmulas do senso comum — conhecimentos enraizados na vida coletiva — apoiando-se na memória coletiva. O autor destaca o conceito de nó figurativo, que condensa imagens, noções ou julgamentos de uma sociedade, expressando-se em uma série de temas emblemáticos.

No âmbito dos estudos sobre a infância, é possível identificar alguns nós figurativos a partir dos estudos de Jenks (1993), apresentado por Tomás (2007), sobre paradigmas em torno das concepções e imagens da criança:

1. Paternalismo, propriedade e domesticação: caracteriza-se pela ideia de criança irresponsável e imatura — uma criança imanente. O paternalismo é caracterizado pelo conjunto de trocas desiguais entre mais velhos e mais novos, estando estes em desvantagem face àqueles. As crianças são consideradas como posse dos pais ou dos adultos responsáveis e não têm qualquer direito independente deles; elas são meros objetos nas mãos dos adultos, os quais têm poder em relação à forma de as educar (ou adestrar), com base na disciplina, obediência e subordinação. Eles podem recorrer ao uso da força física e da punição para promover essas competências, legitimando tais atitudes na dependência biológica e na imaturidade das crianças.

2. Proteção e controle: considera a criança como um ser frágil, que não tem autonomia, ainda incapaz e que precisa ser protegida. São reconhecidos à criança os direitos básicos de provisão e proteção, entretanto, estes estão dependentes da boa vontade dos adultos.

3. Periculosidade: define a criança como má ou como quem tem uma potencialidade permanente para o mal. Nesse paradigma, valorizam-se os comportamentos desviantes protagonizados por crianças e jovens.

4. Biologização, genetização e medicalização: destacada pela imagem da criança naturalmente desenvolvida. Aqui, a idade é apontada como elemento diferenciador, sem considerar o contexto. Apresenta-se um essencialismo genético, que é uma forma reducionista de tentar explicar os fenômenos apenas do ponto de vista biológico ou genético.

Já em 1962, a pesquisadora Chombart de Lauwe identificou uma diversidade acerca de representações sobre as crianças no Ocidente, em especial, na sociedade francesa, caracterizando algumas imagens sociais infantis que os adultos compartilhavam, tais como: de objeto utilitário, de personagem que distrai ou causa preocupação, de um futuro adulto, de esperança da humanidade ou do grupo familiar, de um período do refúgio de sonhos ou, ainda, uma transposição narcísica de uma imagem idealizada de si mesmo quando criança e uma corrente que tenta estabelecer uma visão mais objetiva da criança.

Nos anos seguintes, Sarmento (2007), baseando-se nos estudos de Jenks, James e Prout (1998), sistematizou a construção histórica das imagens sociais da infância em dois períodos: imagens da criança pré-sociológica e imagens da criança sociológica. O autor explica que as imagens da criança pré-sociológica corresponderiam a tipos ideais de simbolizações históricas das crianças, com expressões conceituais que se disseminaram no cotidiano, sendo apropriadas sincreticamente pelo senso comum.

Já as imagens da criança sociológica seriam resultados de algumas propostas advindas das teorias sociológicas, que ainda não possuem espessura histórica, mas que se caracterizam por compreender as crianças como seres sociais que integram uma categoria geracional distinta.

Chombart de Lauwe, em 1990, alertava que as concepções de infância e seu estatuto estariam em plena evolução devido a um melhor conhecimento científico do desenvolvimento do ser humano e, ao mesmo tempo, pela extensão dos direitos humanos a novas categorias sociais. Nesse texto, ela citou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança como um passo importante desse processo, documento que completou 30 anos de existência em meio à crise do coronavírus.

Com o exposto, é possível caracterizar que, na dimensão social, encontra-se disponível uma pluralidade de significações construídas em torno da infância, algumas mais arraigadas, historicamente, nas práticas sociais e outras mais recentes, oriundas dos contextos científicos e legislativos.

Com relação a isso, Moscovici (2009) nos lembra que a mundialização dos direitos humanos não significa que as perseguições e as violências desapareceram da cultura, mesmo porque a condição histórica de um grupo não se modifica de um dia para o outro. Assim, colocar em perspectiva as relações entre Eu(adulto)–Outro(criança), na produção dos *memes*, no período de quarentena do coronavírus, abre caminho para a investigação da dinâmica das representações sociais acerca das crianças, mobilizadas em um ambiente potencial para conflitos e disputas no atendimento das diferentes necessidades de adultos e crianças.

Metodologia

O presente artigo tem como objetivo analisar as representações sociais sobre crianças veiculadas em *memes*, que abordaram a relação entre crianças e adultos no contexto da quarentena. Para tanto, foi elaborado um banco de dados exploratório, composto por postagens de diferentes gêneros que circularam pelo WhatsApp, Facebook e Instagram.

Alguns materiais foram recebidos espontaneamente e encaminhados por juízes; outros foram captados por meio de busca ativa pelas *hashtags*: #quarentenando #quarentenaemcasa #quarentenasempirar #quarentenainspiradora #quarentenamemes #criançaemcasa #criancasemcasa #crianças #criança #quarentenadivertida #quarentenacomcrianças #quarentenanãoéferias #quarentena #paisefilhos.

Os materiais foram selecionados entre as publicações de 18 de março de 2020 e 19 de abril de 2020 (referentes ao primeiro mês da quarentena no Brasil) e totalizaram 72 postagens. Foram descartadas aquelas que relatavam experiências individuais e familiares, uma vez que o interesse de pesquisa se localiza no compartilhamento viral das mensagens (*memes*). Tais materiais foram trabalhados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e resultaram em cinco categorias, apresentadas a seguir.

Apresentação e análise de dados

1. **A criança potencialmente má ou endiabrada**

Essa é a categoria que mais condensou publicações (28 de 72) e expressa diretamente a representação da criança em isolamento. As imagens compartilhadas destacam o descontrole e o potencial de destruição infantil em relação ao próprio ambiente doméstico:

Figuras 1a e 1b – Identificação da Figura

Observa-se, ainda, o contraponto entre a sujeira e a bagunça realizadas pela criança e sua expressão facial de prazer, ainda que tenha sido flagrada, em sua ação, pelo adulto. São imagens que objetivam a criança como um ser de natureza anárquica, dominada pelo instinto e prazer, incapaz de negociar com as normas sociais apresentadas pelo adulto, remetendo-o à vivência do descontrole.

Outras postagens compartilhadas reforçam o potencial de risco da criança em relação à sua própria vida.

Figuras 2a e 2b - Identificação da Figura

Novamente, é destacado o perigo associado ao comportamento infantil, tendo como base, nesse caso, a necessidade de intervenção do adulto em prol da manutenção da vida da criança em quarentena.

Alguns vídeos compartilhados reproduzem claramente a imagem da criança má ou endiabrada. Nesses, é enfatizada a capacidade de infligir o mal aos adultos e a outras crianças. Como exemplo, tem-se um vídeo, que possui mais de uma versão, reproduzindo a narrativa de uma criança, que, nas cenas iniciais, oferece gentilmente água a outras crianças, mas, logo em seguida, revela-se que a menina buscava essa água de dentro da privada.

Figuras 3a e 3b - Identificação da Figura

Esse vídeo parece caracterizar uma mensagem de que, mesmo em situações nas quais a criança possa demonstrar um comportamento "domesticado" em relação ao outro, ainda assim, existe o risco de que ela possa fazer algo mau ou perigoso, mesmo que ingenuamente.

Outras postagens retratam uma possível aproximação da criança com fenômenos sobrenaturais ou rituais no intuito de prejudicar um adulto:

Figuras 4a e 4b - Identificação da Figura

Com o exposto nessa categoria, observa-se a objetivação de um processo já caracterizado por Jodelet (2017) em situações mobilizadas por problemas defensivos de ordem territorial, identitário e vital. A autora explica que um grupo ameaçado pode caracterizar a imagem do Outro, colocando-o no espaço infra-humano (animal, selvagem) ou sobre-humano (demônio, monstro, diabo), aplicando-lhe categorias que o vinculam a figuras negativas, como forma de excluir o adversário, moral e humanamente, do mundo dos valores e das normas compartilhadas. Essas são, pois, representações que servem para fundamentar e justificar práticas e medidas de repressão, controle e disciplinarização infantil.

2. A criança como outro da mãe

Essa foi a segunda categoria que condensou maior número de postagens publicadas (21 de 72). Elas demarcam a identidade materna como ponto de partida para a interação com a criança no contexto de quarentena e isolamento.

Em algumas postagens, as crianças são retratadas como um dos elementos na rotina materna que disputa atenção e dedicação com as demais, impactando no tempo para o desenvolvimento de outras atividades, tais como: trabalhar, limpar a casa, cozinhar, estudar e atender às suas próprias necessidades básicas (comer, usar o banheiro, dormir). Essa característica de múltiplas tarefas a serem executadas ao mesmo tempo foi objetivada em algumas imagens por meio da multiplicação de braços:

Figuras 5a e 5b - Identificação da Figura

Nas postagens, retrata-se uma mulher em condição de exaustão e sobrecarga, no limiar do que se caracterizou como "surto". Por outro lado, a palavra paciência aparece como valor ou virtude que evitaria a transposição para essa condição.

A criança, quando retratada como um elemento central na rotina doméstica-familiar, seja em virtude de o tempo demarcado para a execução das outras atividades se caracterizar pelo momento em que ela dorme, seja porque a imagem retrata a atenção da mãe voltada à relação com as crianças, leva o observador — e a mãe — a caracterizá-la como um empecilho para a execução adequada das demais atividades:

Figuras 6a e 6b - Identificação da Figura

Em outras postagens, a criança também é caracterizada como algoz, cuja existência promove o "surto" ou o desgaste materno. São ideias objetivadas na caracterização do envelhecimento precoce da mãe, após a vivência de uma semana na condição de quarentena com crianças, ou em "posição fetal", sendo comprimida pelas solicitações infantis:

Figuras 7a e 7b - Identificação da Figura

As postagens reproduzem a ideia de responsabilidade social e histórica atribuída à mulher em relação aos cuidados da criança e do ambiente doméstico. Elas caracterizam o período da quarentena e do fechamento das escolas como uma ampliação dessa sobrecarga, capaz de causar o adoecimento mental. Nesse caso, a mãe é retratada como

vítima da criança e presa em uma rede de representações sociais, que a coloca no centro da cena doméstica, por meio da ideia de amor materno e incondicional.

A criança é retratada, nessa perspectiva, como um ser de necessidades e demandas. Em muitos momentos, observa-se que, nessa relação de restrições, as necessidades maternas são negadas em prol das demandas infantis. Essas significações remetem a valores como priorização da criança e do trabalho, responsabilização materna e altruísmo.

Entretanto, também nos alertam sobre possíveis defesas identitárias da mãe. É importante destacar que, apesar da dificuldade no atendimento das demandas pessoais ser uma ideia associada à condição do surto materno, a criança é quem aparece claramente marcada como o Outro da relação responsável por essa condição de adoecimento e desgaste.

3. Autocuidado do adulto no isolamento *versus* cuidados infantis

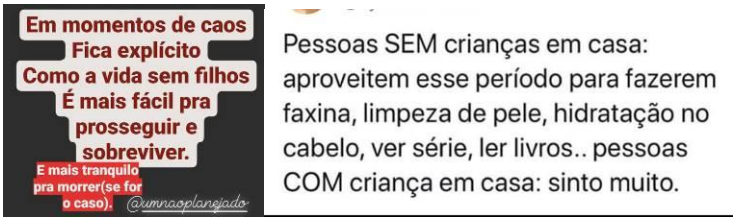
O isolamento trouxe à tona as questões de autocuidado como um elemento importante para o manejo da crise, que se traduzem nas dimensões psicológica e afetiva de quem a vivencia. Sobre isso, foram compartilhadas, nas redes sociais, inúmeras postagens acerca de orientações e conselhos de como organizar o tempo do isolamento doméstico para promover ou resguardar a saúde mental.

As postagens dessa categoria (8/72) abordam justamente essa questão do autocuidado do adulto na quarentena com crianças. Vê-se, novamente, o dilema já discutido na categoria criança como Outro da mãe, quando o conflito se encontra na caracterização da impossibilidade de realização das atividades de autocuidado em prol do atendimento dos cuidados e das demandas infantis.

Figuras 8a e 8b - Identificação da Figura

Observa-se a ideia de cisão e ruptura entre as necessidades infantis e as necessidades dos adultos, como concorrentes em termos de atendimento. Essa significação parece se fundamentar na representação da criança como incapaz de compartilhar e de dialogar com o contexto vivenciado pelo adulto, criando uma ideia de divisão e antagonismo entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças.

Além disso, atribui-se também um valor negativo em relação à vivência, no contexto de crise, junto à criança:



Figuras 9a e 9b - Identificação da Figura

Ideias de que a vida é mais fácil sem o convívio com a criança e sentimentos de pesar compartilhados em relação a esse tipo de vivência destacam aspectos da desvalorização social, cuja interação adulto–criança carrega marcas. Destaca-se que, em uma sociedade onde se registram índices de violência doméstica e infanticídio, essa desvalorização pode se associar à ideia da eliminação da criança como uma solução possível.

Outro *meme* compartilhado sobre a vivência no isolamento com crianças deprecia um discurso sobre estratégias de saúde mental e de afastamento, com base em fundamentos científicos de astronautas.

Figura 10 - Identificação da Figura

A postagem descaracteriza o discurso oriundo da ciência como um saber possível e favorável à vivência de adultos e crianças na configuração dessa nova rotina.

De modo geral, essa categoria evidencia a presença da criança como um elemento de impedimento para o autocuidado do adulto, muitas vezes, sendo caracterizada como fonte adicional de estresse no isolamento e na quarentena. Percebe-se, nessas significações, um metassistema de valores e de normas pautado na disputa, no antagonismo e na rivalidade, ainda que se tenha, como pano de fundo, a caracterização da criança como um ser de necessidades.

4. O adulto e o controle do comportamento infantil

Nessa categoria, são apresentadas as práticas de controle do comportamento infantil (10/72), seja para a execução do trabalho do adulto no contexto doméstico, seja, simplesmente, para que o adulto possa ter momentos de relaxamento ou lazer.

Em alguns casos, o controle aparece por meio da oferta de atividades para distrair e ocupar o tempo da criança. Os *memes* produzidos, a partir dessa perspectiva, buscam construir o humor com base na apresentação de atividades banais e, até mesmo, sem propósito, pelo adulto, que ganham a atenção e adesão da criança.

Figuras 11a e 11b - Identificação da Figura

Aqui, vale destacar que o fechamento das escolas e o enclausuramento das crianças provocaram o compartilhamento em massa, nas redes sociais, de sugestões de atividades lúdicas e didáticas, visando ao atendimento das necessidades de desenvolvimento infantil no contexto doméstico.

Desse modo, os *memes* apresentam um contraponto em relação a esse discurso, sendo a criança retratada pela negação dessas necessidades e caracterizada como tola ou ingênua, uma vez que qualquer atividade banal seria capaz de entretê-la. Observa-se,

ainda, o compartilhamento da ideia de poder dos pais em relação ao modo de realizar a educação dos filhos no ambiente doméstico.

O controle corporal da criança também é demonstrado nas postagens. Nesses casos, fica evidente o poder dos adultos em relação às crianças, que têm sua condição humana negada, com seus direitos e necessidades silenciados em prol das demandas dos adultos.

Figuras 12a e 12b - Identificação da Figura

Novamente, observa-se a ideia de construção do humor a partir da ridicularização, pelos adultos, da condição infra-humana na qual a criança encontra-se submetida em tais práticas. Araújo (2016) lembra que o ato de rir do outro supõe que aquele que ri apresenta um distanciamento identitário, ainda que momentâneo, do objeto de riso, demonstrando um aparente acordo com essas mensagens, que encontram eco na sociedade.

Em outro *meme*, circula a ideia do controle por meio de outros tipos de práticas parentais abusivas, que se configura, nesse caso, por infligir, no corpo da criança, um corte de cabelo caracterizado como vexatório:

Figura 13 - Identificação da Figura

Destaca-se, nessa postagem, a ênfase dada à expressão de sofrimento da criança (retratada em várias fotos) em contraponto com a do adulto, que parece demonstrar orgulho em relação ao seu feito. Observa-se, novamente, a ideia do humor construída a partir das práticas violentas em relação à criança, demonstrando seu sofrimento.

Essa é uma categoria que reúne postagens sobre práticas de controle do comportamento infantil e que retrata o que pode ser caracterizado como práticas parentais abusivas. Ela apresenta, por meio do humor, objetivações de possíveis "resoluções" dos problemas anunciados e caracterizados nas categorias que abordam tanto as necessidades infantis e adultas quanto a criança como Outro da mãe.

O elemento que as aproximam refere-se à naturalização da ideia de criança como objeto, caracterizando a coisificação do Outro. Tal objetivação ocorre porque demarca a negação da criança como sujeito, ancorada na ideia de propriedade e domesticalização. Apesar de seu caráter humorístico, vale lembrar da construção social do riso e que, provavelmente, postagens que retratam esse tipo de violência, em relação a outras categorias sociais, causam forte comoção, podendo ser caracterizadas como crime.

Esse aspecto nos alerta, claramente, sobre a condição de sujeição e invisibilidade social da criança. O metassistema de valores e de normas, anunciado aqui, destaca a dominação, o poder e o controle dos adultos, que exigem disciplina e obediência das crianças.

5. Criança como futuro adulto

Essa categoria reúne *memes* (5/72) que aglutinam um discurso sobre a importância da reflexão acerca da qualidade da interação entre adultos e crianças, vivenciada no contexto do isolamento, fundamentando a representação da criança como futuro adulto. Essas postagens direcionam-se aos adultos e convidam à transposição da vivência do atual momento de isolamento com as crianças em prol da imaginação de um possível futuro.

Figuras 14a e 14b - Identificação da Figura

Ao convidar os adultos a imaginarem as possíveis lembranças que as crianças carregarão desse momento, observa-se um metassistema com base em valores como empatia e responsabilização pelo futuro. Entretanto, destaca-se, novamente, a ideia de cisão entre o mundo do adulto, permeado pela crise, e o da criança, bastante idealizada na construção de memórias positivas.

É uma perspectiva que dialoga com a ideia de a criança ser um sujeito de direitos, porém mantém a sua caracterização como um ser que não dialoga com os aspectos da realidade que a cerca. Por outro lado, apesar da perspectiva anunciada de sofrimento vivenciado pelo adulto, é enfatizada a responsabilidade deste na promoção de um contexto protegido e ideal de interação com a criança.

Considerações finais

A análise dos *memes* permitiu identificar a permanência, na cultura, de imagens historicamente arraigadas sobre a criança, que foram mobilizadas, atualizadas e compartilhadas nas redes sociais no início da quarentena da covid-19. De forma geral, esses *memes* abordavam os conflitos na vivência da quarentena entre adultos e crianças, em especial, a dificuldade de adequar o atendimento das necessidades de cada um deles. Com isso, as crianças foram caracterizadas como: um empecilho nas atividades dos adultos, algoz do sofrimento alheio, um ser sem controle, perigoso, tolo ou ingênuo, com muitas necessidades e demandas e, de forma menos frequente, como um futuro adulto.

No que se refere ao conflito entre o atendimento das necessidades dos adultos ou das crianças, foi possível identificar metassistemas de valores, que, em algumas publicações, favoreciam o atendimento das demandas infantis e, em outras, as dos adultos.

Na categoria que retratou mais claramente as práticas de controle dos adultos em relação à criança, observou-se que as postagens permearam um metassistema de valorização do atendimento das necessidades dos adultos, os quais, por meio de um processo de desumanização da condição da criança, colocavam-na sob a dominação e o poder de práticas parentais abusivas e violentas. Tal discurso parece se justificar no compartilhamento da representação de criança como má ou potencialmente perigosa, também proeminentemente veiculada nas publicações desse período. Destaca-se, aqui, o uso do humor como via para manifestar discursos capazes de sofrer sanções morais e legais (ARAUJO, 2016).

Nas situações em que se caracterizou, no metassistema de valores, a priorização do atendimento das necessidades infantis, a criança continua definida pela sua negatividade, por ser incapaz e dependente e, nesses casos, o adulto apresentou-se marcado pelo sofrimento e exaustão. Aqui também se destaca a ideia da criança como algoz desse sofrimento, sendo compartilhados discursos de pesar e de lamento sobre a vivência desse tipo de interação entre adultos e crianças na quarentena.

Ainda nessa perspectiva, também se identificaram *memes* que, ao valorizar a importância do atendimento das necessidades infantis, pautavam-se na ideia da criança como um futuro adulto. Em ambos os casos, foi possível notar a permanência da ideia de cisão e antagonismo entre o mundo e as necessidades dos adultos e o mundo e as necessidades infantis. Em tais casos, é notório que o argumento em prol do atendimento das necessidades infantis parece exigir do adulto a construção de uma realidade idealizada, que nega sua própria vivência da crise.

Com o exposto, este estudo permitiu um olhar exploratório sobre a pluralidade de lógicas sociais — a polifasia cognitiva — acerca das representações sobre as crianças veiculadas em situação de crise. As conclusões indicam a presença de tensão entre elementos que caracterizam a criança como um ser potencialmente perigoso ou mau, em contraponto com o reconhecimento dela a partir da significação de um ser com necessidades e direitos.

Destaca-se que, apesar de ser identificada a presença de significações que dialogam com documentos que asseguram os direitos da criança, evidencia-se a manutenção do paradigma de controle do adulto e da negatividade em relação às capacidades infantis em todos os materiais analisados. Isso porque, mesmo nas situações em que as crianças têm direitos reconhecidos, cabe ao adulto todo o controle do contexto

para que ela seja atendida. Com isso, aponta-se o silenciamento sobre a significação da criança como ator social, capaz de dialogar e negociar com a realidade que a circunda a partir de suas competências.

Compreender as representações sociais sobre as crianças, com base em uma perspectiva dinâmica desse saber, é também se questionar sobre as consequências do seu enraizamento para a sociedade. Sobre isso, Jodelet (2017, p. 404) traz uma reflexão importantíssima acerca da construção social da alteridade:

> "A reflexão sobre a alteridade deságua sobre todo um campo a desbravar: os dilaceramentos e fendas que o trabalho de construção social da realidade abre na experiência humana, as destruições que a negatividade performativa das representações sociais acarreta. Talvez essa exploração permita penetrar verdadeiramente nesse conhecimento do outro pelo compartilhamento, é claro, simbólico, mas fundado sobre a empatia, de sua condição, criando outra forma de representação."

Nesse sentido, é importante destacar o papel das representações sociais como produtora de realidade e do desenvolvimento infantil, especialmente porque são conhecimentos que conferem recursos simbólicos para que os sujeitos (adultos e crianças) elaborem os contornos da relação adulto–criança em seus cotidianos.

Nessa perspectiva, os resultados deste estudo dialogam com Tomás (2007), quando esclarece que a criação e a implementação de contextos nos quais as crianças tenham o direito de fazer escolhas informadas, de tomar decisões relativas à organização dos seus cotidianos e de influenciar a tomada de decisões dos adultos são aspectos fundamentais para a construção de competências democráticas e cidadãs desde a infância.

Nesse caso, a visibilidade social da infância parece perpassar pela mudança do paradigma de negatividade e de controle sobre a criança, dependendo do fortalecimento, na sociedade, de um metassistema que valoriza a dialogicidade e a alteridade, para que esse Outro do adulto — a criança — possa ser reconhecido por meio de suas competências e de sua capacidade de participação social.

Contudo, apesar deste estudo ter identificado o compartilhamento de significações sobre as crianças, oriundas de movimentos da ampliação dos direitos delas, observa-se, ainda, a permanência e a força do enraizamento de significações que sustentam a violência infantil, aspecto que nos alerta sobre a manutenção da condição social da criança como um grupo em vulnerabilidade.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda. Judith; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Cibercultura: uma nova "era das representações sociais"?. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Orgs.) **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p.457-488.

ARAUJO, Camilla Lima de**. Racismo E Humor: O Impacto De Piadas Nas Expressões De Racismo**. Orientador: Marcus Eugênio Oliveira Lima. 132f. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2016.

ARRUDA, Angela. Representações Sociais: dinâmicas e redes. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Orgs.) **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 335-370.

APOSTOLIDIS, Thémis; SANTOS, Fátima; KALAMPALIKIS, Nikos. Society Against Covid-19: Challenges for the Socio-genetic Point of View of Social Representations. **Papers on social representation**, v.29, n. 2, p. 3.1-3.14, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345775898_Society_Against_Covid-19_Challenges_for_the_Socio-genetic_Point_of_View_of_Social_Representations. Acesso em 5 de maio de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Krícia Helena. **Os memes e as interações sociais na internet: uma interface entre práticas rituais e estudos de face**. Orientadora: Sonia Bittencourt Silveira. 147f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CHOMBART DE LAUWE, Marie-José. **La représentation de l'enfant dans la société urbaine française contemporaine**. In: Enfance, tome 15, n°1, 1962. pp. 53-67. Disponível em: www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1962_num_15_1_2280. Acesso em 10 de junho de 2021.

CHOMBART DE LAUWE, Marie-José.. **L'enfant acteur social et partenaire des adultes. Nouvelles conceptions aboutissant à une transformation de son statut**. In: Enfance, tome 43, n°1-2, 1990. pp. 135-140. Disponível em: www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1990_num_43_1_1927. Acesso em 10 de junho de 2021.

DOISE, Willem. Sistema e metassistema. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Orgs.) **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 123-156.

JODELET, Denise. **Representações Sociais e Mundo de Vida**. Tradutora Lilian Ulup. Curitiba: PUCPRess, 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, vol.16, no.2, Porto Alegre Maio/Aug. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2. Acesso: 07 de setembro de 2019.

_____. Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Orgs.) **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 159-176.

LAHLOU, Saadi. Tecnologia e cultura das representações sociais. In: OLIVEIRA, Denise Cristina; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Representações Sociais** - uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.99-107.

MARKOVÁ, Ivana. **Mente Dialógica**: senso comum e ética. Puc Press: Paraná, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. Os ciganos entre perseguição e emancipação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.3, p.653-678, set./dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/Jp6Grb8GL3tpQ7yjXKq7cwG/?format=pdf&lang=pt . Acesso em 01 de julho de 2021.

_____. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SAMMUT, Gordon; BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. Knowledge and experience: interobjectivity, subjectivity, and social relations. In: ROSA, Alberto; VALSINER, Jaan. **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press: 2018, p. 49-62.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Orgs.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.) **Infância (In)Visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

TOMÁS, Catarina. Paradigmas, imagens e concepções da infância em sociedades mediatizadas. **Media & Jornalismo**, Portugal, v. 11, p. 119-134, 2007. Disponível em: http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/n11-07-catarina-tomas.pdf . Acesso em: 03 de julho de 2021.

VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso. **Brasil**: idéia de diversidade e representações sociais. São Paulo: Annablume, 2010.

ZITTOUN, Tania et al. The Use of Symbolic Resources in Developmental Transitions**.** **Culture & Psychology**, v. 9, p. 415-448, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/39731524_The_Use_of_Symbolic_Resources_in_Developmental_Transitions . Acesso em 20 de julho de 2021.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Érica Nayla Harrich Teibel e D&C Revisão de Textos*

Prof.as Daiane Campos e Christina Vieira

Submetido em 05/08/2021 **Aprovado em 15/06/2022**

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)